

COMBINADA A CRISE BRASILEIRA

FERNANDO PEDRÃO¹

Este estudo é uma homenagem a Celso Furtado, que foi um gigante do pensamento sobre o Brasil.

Resumo

Acumulam-se hoje, nas nações ocidentais, os efeitos de uma crise do capitalismo representada pela contradição entre a progressão da concentração de capital e a do desemprego, potencializada pelos impactos sociais da pandemia. No conjunto, resultam em depressão da produção e contração da demanda. No Brasil essa crise é decisiva para a sobrevivência do país porque se soma ao bloqueio causado pela pressão externa e pelas consequências de políticas econômicas desastrosas. A crise política obstrui soluções racionais na economia e nos setores sociais.

Palavras-chave: Crise estrutural da capital; crise sanitária; crise política.

Abstract

Western societies undergo a structural crisis derived from the contradiction between capital concentration and unemployment trends, with varied effects on advanced and backward nations. The crisis join with economic and social effects caused by corona virus. The crisis is definite on Brazil whose economy is already blocked by external debt and disastrous economic policies.

Keywords: Capital structural crisis; health crisis; politics crisis.

O reconhecimento da situação

Há uma crise mundial em andamento que alcança os fundamentos da civilização ocidental e os diversos países precisam encontrar seus caminhos para sobreviver a ela. A sociedade brasileira se encontra em uma situação crítica, que se manifesta em uma crise econômica, sanitária e social,

¹ Doutor e docente livre pela UFBA, titular da Academia de Ciências da Bahia, diretor Científico do Instituto Brasileiro de Políticas Sociais e Econômicas.

com interações ainda não claras entre esses planos e com projeções para o futuro da sociedade. Esta crise não se resume em recessão econômica, mas tem um epicentro na economia, com uma depressão em processo e com desdobramentos na desigualdade e na mobilidade dos diferentes estratos sociais. Desemprego e queda na ocupação ensejam movimentos de retrocesso político, de autoritarismo primitivo, que constituem um perigo para a civilização.² O atraso econômico, representado pela reprimarização da economia e pela inércia tecnológica, implica em dificuldade para articular políticas defensivas eficientes. Aprofunda-se a diferença entre os objetivos de grande capital e as necessidades de sustentação da capacidade produtiva, enquanto a política econômica segue uma linha autofágica de perda de competitividade. A gravidade da situação requer um esforço para pensar sobre o futuro do país além de divergências de interpretação.

Esta crise tem diversas raízes. Tem origens antigas na formação da economia brasileira. Tem raízes nos movimentos mundiais do capital desde a segunda metade do século XX e raízes recentes no conflito entre nações hegemônicas pela supremacia mundial. Nesse sentido é parte do esgotamento do modelo de ordem mundial baseada em mercado, empresa e Estado privatista, que é um tema que já tem sido debatido de modo abrangente em diversos momentos, com observações que hoje se revelam fundamentais.³ Com economias nacionais cada vez mais interdependentes de movimentos mundiais, tais como de produção bélica e de turismo, impõe-se reconstruir um pensamento nacional historicamente realista.

Esta crise tem duas originalidades. A primeira decorre das circunstâncias históricas em que acontece e a segunda pelos efeitos negativos acumulativos das políticas com que é tratada. Os efeitos de conjuntura são mundiais, mas os da política são brasileiros. Os efeitos de conjuntura vêm da crise do capitalismo ocidental, que envolve a perda de competitividade da Europa Ocidental e a crise da supremacia norte-americana, cuja manutenção representa custos insuportáveis sobre uma economia

2 Oportuno referir a Luiz Alberto Moniz Bandeira cujo *A desordem mundial* (2017) é uma avaliação exaustiva das contradições do sistema de dominação capitalista no modo como ele projeta as contradições do centro hegemônico às nações periféricas. A obra de Moniz Bandeira é um dos principais faróis de milha da análise do processo histórico brasileiro em sua condição de emergência de uma sociedade oriunda de um sistema pós-colonial escravista para a de um capitalismo dependente.

3 Cabe citar pelo menos três trabalhos com essa qualidade que são: Atilio Borón (org.), *Nova hegemonia mundial*, 2004; Gilberto Dupas (org.), *Nova ordem mundial*, 1995; Henrique Ratner (org.), *A crise da ordem mundial*, 1978.

profundamente endividada. Há uma crise da economia norte-americana que consiste em perdas de competitividade desde o fim do século XX que apareceram como crise em 2008.⁴

Por sua parte, o Brasil hoje paga o preço de um modelo de concentração econômica montado na década de 1970, com empresas criadas por contratos públicos e corrupção assumida como direito natural. Com perspectivas de negócios exauridas na Europa e nos Estados Unidos, o Brasil se encontra na necessidade de aceitar investimentos chineses em infraestrutura que seguem um aumento exponencial da presença chinesa na indústria e na agricultura, que transmitem o projeto chinês de supremacia mundial. Sob os dados imediatos da preferência da elite brasileira pelos Estados Unidos, há uma necessidade de recompor um arco de relações internacionais nas diversas partes do mundo, que demandaria objetividade e competência. É um cenário em que o BRICS tem um papel estratégico e sobre o qual o Brasil tem poucas margens de manobra imediata, mas que não pode ser ignorado. Superar o subdesenvolvimento é substituir tendências de estreitamento de opções por outras de ampliação de opções.

Frente a esse quadro encontra-se a crise interna que se descobre na diferença entre uma ampla e profunda concentração de renda e expansão de desemprego e perda de renda da maioria. É um processo que tem um componente de desempenho do governo e outro de comportamento do setor privado. A capacidade de mobilização econômica do governo está comprometida pela dívida externa e por gastos de manutenção do sistema de infraestrutura e despesas de sustentação do sistema político em que entram usos de recursos por negociações políticas e corrupção. A esfera privada, que tem sido beneficiada com recursos públicos, direta e indiretamente, desde a ditadura, reduzida a exportações de baixa tecnologia, tem uma faixa de investimentos inerciais em pequenas e médias empresas que operam em mercados regionais e uma faixa de grande capital, plenamente internacionalizado que se concentra em projetos apoiados pelo governo.

Para uma análise objetiva do processo brasileiro é preciso distinguir os aspectos de eficiência e fluidez financeira do componente de produção tradicional e de um componente modernizante com seus respectivos efeitos de ocupação e renda. A seguir, impõe-se distinguir, do relativo ao componente de produção tradicional, o que ele representa como capacidade

⁴ Ver Paul Krugman, *On competitiveness*, 1995.

instalada, emprego e potencial eleitoral, e o potencial político do setor moderno, que gera pouco emprego e só tem efeitos políticos indiretos.

Essa distinção tem diferentes impactos no meio urbano e no rural. Vêm-se agora os efeitos do movimento de construção de um novo sistema de grande propriedade rural ausenteísta desde 1974. São imensas extensões de terra despovoadas, seguidas de desmatamento, mobilizadas para exportação. A produção de alimentos ficou por conta das pequenas e médias propriedades. Assim, o último quarto do século passado foi de ampla contrarrevolução rural com concentração da propriedade e aumento da violência.

Daí derivou-se uma emigração rural e um despovoamento do campo. A contradição política do meio rural se reproduz qualificada nas periferias urbanas, onde a predominância de desemprego coincide com a influência de igrejas evangélicas, de traficantes e de milícias, em um quadro de extrema vulnerabilidade dos grupos populares. Com circuitos familiares de solidariedade entre os pobres e uma necessidade imediata de sobrevivência das maiorias dos mais pobres, desenvolvem-se mecanismos alternativos de exploração dos mais pobres, especialmente nos pagamentos a igrejas, que descrevem uma dependência de um sistema de poder alternativo hoje organizado nas grandes cidades para onde fluem os expulsos pela violência rural.

O componente interno da crise do sistema é essencialmente brasileiro, que decorre do esgotamento do modelo de modernização conservadora iniciado no governo José Sarney, apropriado pelo governo Fernando Collor e consolidado nos períodos de Fernando Henrique Cardoso. É inevitável considerar que houve grave incompetência da política econômica nacional que agravou a vulnerabilidade da economia nacional. O intervalo populista progressista contraditório dos governos de Lula da Silva e de Dilma Russeff descobriu as contradições desse modelo, incluindo as classes populares no mercado,⁵ mas continuou com os mesmos erros de política econômica, tentando conciliar uma política social progressista com políticas econômicas reacionárias, dirigidas desde o Ministério da Fazenda, mantendo o Ministério de Planejamento como um escritório complementar,

⁵ Esse movimento significou um aumento do mercado interno que protegeu o Brasil da contração que se expandia desde a Europa.

praticamente reduzido à tarefa do orçamento anual.⁶ A gravidade dessa contradição também foi alertada em tempo, mas sem maior sucesso perante a condução partidária personalizada da política econômica.⁷

A contradição política se revelou como crise no personalismo que obstruiu a visão ideológica e abriu espaço para o utilitarismo de Michel Temer, representativo do oportunismo do bloco dominante subsidiado pelo Estado. Concretamente o populismo progressista não teve substituto no recrudescimento do conservadorismo utilitário que ignorou os efeitos das mudanças no cenário internacional, especialmente das que foram conduzidas pelo protecionismo truculento do governo Trump. Falta voltar a ver com clareza os interesses e os possíveis objetivos do Brasil. Objetivamente, há uma crise ideológica em que o oportunismo não representa um liberalismo capitalista — que se descobre como crise moral — que desvenda a ilegitimidade histórica do sistema político que se apoia em formas primitivas de poder. Nesse contexto a sociedade brasileira tem que enfrentar esta crise como um esclarecimento de sua trajetória histórica com sua formação social.

O desenvolvimento truncado

O “modelo” brasileiro⁸ definido a partir do governo Dutra como um liberalismo ocidental, desde então caminha para um bloqueio estrutural consequente de depender de um sistema de espoliação social que não se sustenta em longo prazo. Essa pode ter sido a principal inferência da análise de Celso Furtado sobre o aparente esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial autônomo que já se prenunciava em 1970.⁹ A

⁶ A escolha do governo Lula de ministros da fazenda como Antônio Meireles e Joaquim Levy, assumidamente reacionários, justifica as análises de João Machado Borges Neto, *Governo Lula, uma opção neoliberal* e de Fernando Cardim de Carvalho, *FHC, Lula e a desconstrução da esquerda*, ambos de 2005. A necessidade de uma visão histórica profunda implica em depuração da esquerda com desqualificação de personalismos e utilitarismos.

⁷ Cabe citar de João Antonio de Paula (org.), *Adeus ao desenvolvimento*, 2005.

⁸ Expressão irônica de Celso Furtado justamente para sinalizar que a política econômica brasileira simplesmente seguiu a inércia da conjuntura sem ter proposta própria alguma para as mudanças de estrutura necessárias para deter a tendência ao subdesenvolvimento.

⁹ Cabe uma referência necessária às obras de Celso Furtado *Análise do “modelo” brasileiro* (1972) e *Prefácio à nova Economia Política* (1976) que desvendam as características estruturais da variante brasileira de capitalismo periférico à luz de uma crítica dos fundamentos históricos da análise econômica. Essas obras superaram definitivamente a análise ingênua do subdesenvolvimento que situam como parte do movimento mundial do capital. Com seu *Prefácio* superou a análise desenvolvimentista que ainda padecia de um ranço de equilíbrio monetário e retoma a questão marxiana fundamental de divisão internacional do trabalho. O

contradição é do sistema em seu conjunto, em que convergem a nova grande produção rural capitalista, a indústria internacionalizada e os sistemas de serviços internacionais.

As razões do esgotamento do movimento industrial estão, como sempre, fora da indústria. Essa foi uma indústria que se instalou para atender ao mercado interno, o que quer dizer, suprir a demanda atual e a futura. A indústria teria que se antecipar à demanda interna, por exemplo, ventiladores, colchões de mola, chuveiros elétricos. Teria que acompanhar o crescimento da renda da classe média, mas voltou-se para uma produção para o bloco dirigente e para os novos ricos, que por mais esbanjadores que sejam constituem uma pequena parte do mercado. A falácia do país dos novos ricos, com mansões e carros acima do milhão de reais descreve apenas a fragilidade do sistema que se ocupa dessas pessoas.

Em uma perspectiva otimista das possibilidades da sociedade econômica burguesa vários dos principais pensadores da realidade brasileira em décadas anteriores falaram de um desenvolvimento interrompido¹⁰ ou incompleto que implica em presumir que o Brasil teria se atrasado em um movimento geral de desenvolvimento do capitalismo em que o essencial seriam diferenças de velocidade em um mesmo rumo de prosperidade. Entretanto algumas observações sobre as fontes de formação de riqueza na produção rural, na indústria e sobre os serviços a pessoas, descobrem contradições que funcionam como freios na formação de capital cujo papel não pode ser ignorado. Primeiro, que o aumento da renda gerada pelos aumentos de produção primária sustentasse a renovação tecnológica e segundo, que a renda gerada pelo crescimento do produto fosse internalizada no sistema produtivo. Nenhum desses dois requisitos podia ser atendido, primeiro porque o crescimento da renda primária foi mais lento que as demandas de capital do setor moderno e segundo porque a desnacionalização do sistema produtivo fez com que a formação de capital fluísse para o exterior, tanto a de propriedade externa como a de brasileiros.

Separado de seus efeitos estruturais o crescimento do produto exprime apenas a situação aparente da economia nacional independente da propriedade social da renda, pelo que não reflete a resposta efetiva da

sistema capitalista se nutre de expropriação de valor trabalho e a expropriação periférica incontrolada leva a um bloqueio orgânico do sistema.

10 Cabe sempre citar Raimundo Faoro, *Os donos do poder*, que descreve a doença infantil do oportunismo da burguesia brasileira.

economia enquanto entidade nacional. O crescimento do produto que foi obtido com a industrialização subsidiada e com a construção acelerada de infraestrutura no período da ditadura se fez sob condições externas desfavoráveis de uma elevação da taxa externa de juros, transformando-se em endividamento e inflação.¹¹ A crise de 1981-1984 foi o preço que se pagou pela absorção dos custos sociais do crescimento e foi a justificativa para a guinada liberal conservadora que começaria com o período Collor. Por trás do dilema entre nacionalismo e liberalismo estava a dura realidade da insolvência da economia nacional, que se revelava plenamente na incapacidade de realizar os investimentos de manutenção da infraestrutura necessários para garantir o desempenho das exportações. A venda de empresas públicas para pagamento de juros da dívida externa foi parte dessa insolvência que atingiu a operacionalidade da economia por meio do coeficiente de importação.

Como questão central despontou a transformação da economia mundial na qual a matriz energética voltava para os combustíveis convencionais, isto é, quando as grandes potências voltavam para combinações de petróleo e carvão, onde a energia nuclear se tornava uma reserva estratégica. O Brasil não tem carvão, ficou atrasado em energia nuclear¹² e em energia solar e ainda não tinham começado suas grandes descobertas de petróleo. Em 1990 fechava-se o ciclo da produção hidrelétrica eficiente e o país começava a depender de energia em barragens baixas. No final da década de 1980 o potencial de crescimento da economia brasileira estava praticamente esgotado e sua recuperação viria com petróleo e soja. Com um desempenho medíocre das empresas brasileiras em tecnologia e uma falta de articulação entre centros de pesquisa houve uma perda estratégica que se acumulou como fator de atraso da economia em geral.

As políticas de desenvolvimento, como todas as políticas públicas, foram concebidas, formuladas e executadas em determinados ambientes internacionais que constituíram a moldura para políticas de continuidade ou para as decisões de ruptura que foram direcionadas para compensar ciclos negativos ou para produzir mudanças direcionadas. A capacidade

11 Fora isso, o milagre brasileiro consistiu em venda de armas e munições para a guerra Iran-Iraque em que o Brasil foi parceiro do comércio bélico com Sadam Hussein, que foi transformado de herói em bandido pelo norte-americanos depois que invadiu o Kuwait, autorizado por Washington.

12 A demora inexplicável dos projetos de energia nuclear contou com uma conspiração sutil contra as iniciativas do Almirante Álvaro Alberto. A defesa do programa nuclear brasileiro ficou restrita à Marinha.

de estabelecer objetivos sociais e prioridades tornou-se o distintivo entre planejamento para o desenvolvimento e planejamento burocrático.¹³

Uma avaliação das políticas de desenvolvimento desde a década de 1960 mostra que em grande parte não foram políticas de mudança efetiva do sistema, porém simples ajustes que preservavam o substrato político dos planos.¹⁴ Uma análise comparativa dos planos de desenvolvimento do Brasil e da Argentina mostra uma série de variações em eficiência administrativa e de políticas públicas sem tocar nos fundamentos estruturais das economias nacionais. A inoperância do planejamento brasileiro para comandar ou induzir mudanças, indiretamente contribuiu para a preservação consolidada do sistema de poder. Quando o planejamento patrocinado pelas Nações Unidas foi apresentado como um trabalho estritamente técnico que não interfere nos sistemas de poder, o planejamento deixou de ser uma atividade central dos governos e os ministérios de planejamento passaram a ser meros cuidadores dos orçamentos anuais.¹⁵

Os fracassos nas tentativas de política de desenvolvimento da década de 1980¹⁶ foram determinantes das políticas da década seguinte, quando se pretenderam soluções por via de mercado, sem reconhecer que as tendências do mercado atingiam não só ao Brasil, mas às economias europeias além dos outros latino-americanos.¹⁷ Não há, portanto, como pensar em crise nacional por separado das interações entre a economia nacional e a internacional. Assim, o ambiente para o desenvolvimento está constituído dos movimentos da conjuntura e das alterações estruturais. A objetividade das decisões dos capitais se definiu sobre cenários mutantes que geralmente

13 A burocratização do planejamento no Brasil em geral foi uma manobra de governos conservadores defensores de gestões patrimoniais da economia nacional. É uma tendência que recrudescer com a Nova República que instalou um estilo de planejamento formal restrito a propostas vagas. Os documentos de estratégia de desenvolvimento produzidos nessa época foram claros retrocessos comparados com os das gestões da ditadura.

14 O estudo da crise implica em avaliação das políticas econômicas que por vezes são apresentadas como neutras, mas que de fato representam o contexto político. No Brasil a comparação das políticas de 1960, 1963 e 1974 ilustram essa observação. Concretamente, uma comparação do Plano Trienal de 1960, com o PND II de 1974 e com o planejamento do governo Collor, mostra uma progressiva recuada em relação com a relação da taxa de crescimento com a distribuição da renda. O aprofundamento da concentração da renda coincide com o desemprego e com a exclusão social em geral.

15 A combinação de uma função doutrinária, interpretativa, junto com a operacional organizativa esteve na essência do planejamento para a modernização nos países-do-mar-do-norte, mas foi reduzido ao seu papel de indutor de técnicas modernas sob a influencia norte-americana. Exemplos dessas duas visões são a de Ragnar Nurkse e a de W. Arthur Lewis, *Development Planning*.

16 O chamado plano da Nova República pretendeu contar com apoio norte-americano e encontrou uma negativa frontal que indicou os desdobramentos do acordo Trilateral de Tóquio.

17 A Guerra das Malvinas foi uma tentativa de desviar o desastre econômico por um inimigo externo e situações semelhantes aconteciam no Peru e na Colômbia assim como na França.

foram percebidos pelos sistemas de planejamento das empresas antes que pelos governos nacionais freados pelo conservadorismo político.¹⁸ A representatividade do sistema político continuou sendo uma interrogante do sistema de poder que esteve vulnerável a aventureirismo de diversos tipos desde Ademar de Barros e Carlos Lacerda até Jair Bolsonaro.¹⁹ A contradição entre um sistema burguês conservador e a racionalidade de um planejamento nacional confirmava a reincidência do liberalismo conservador que acoberta sistemas individualizados de poder corrupto.

Mantendo o foco nos processos objetivos do sistema socioeconômico, é preciso registrar que os movimentos de mudança na economia, que foram defendidos como inovadores, pretenderam na verdade²⁰ realizar uma modernização formal sem intervir nas condições de mercado, separando a mecânica das inovações tecnológicas da genética tecnológica do capital.²¹ O fundamento científico da tecnologia foi praticamente ignorado pelo capital no Brasil, ficando por conta das universidades públicas, na contracorrente das políticas públicas. A privatização do ensino superior, que se instalou desde a ditadura e cerceou a capacidade de iniciativa científica das universidades, tem um papel central no atraso dos pequenos e médios capitais que têm poucas oportunidades de renovação.

A modernização econômica no Brasil foi conduzida por um acordo de classes no contexto do Estado conservador, dentro de pautas compatíveis com a preservação de um sistema de privilégios à semelhança das antigas sesmarias. É um processo com diferentes determinações que mantém o poder em movimentos pendulares limitados, optando por políticas compensatórias nos pontos de maior tensão do sistema, afastando tendências revolucionárias. Cabe considerar que o desenlace das reações armadas à ditadura decorreu de uma aliança do sistema de poder autoritário com o

18 Aqui se fala de conservadorismo político pelas estratégias de sobrevivência dos políticos e não por opções ideológicas em que as práticas políticas geralmente se distanciam das declarações ideológicas.

19 Para uma análise da materialização do processo político é referência necessária de Paula Beigelmann *O processo-partidário brasileiro de 1945 ao Plebiscito*, 1968.

20 Destaque para *Abordagens inovadoras*, de Mario Henrique Simonsen & Roberto Campos que resume a visão de modernização conservadora do segundo período da ditadura no Brasil. Os problemas sociais do processo de desigualdade ficaram completamente fora dessa análise, que mantém a tese que é preciso aumentar o bolo para distribuir quando o aumento do bolo levou a maior concentração. Ver de Helga Hoffmann, *Pobreza e propriedade no Brasil*, 1986.

21 A principal representação dessa visão da mecânica da tecnologia está em Tamás Szmercsányi e Victor Pelaez *A economia da inovação tecnológica*, 2004. A economia burguesa de perfil neoclássico ignora as teorizações pós-keynesianas sobre o papel do progresso técnico na ligação entre curto e longo prazo, assim como ignora a visão do materialismo histórico para a qual a tecnologia é uma necessidade do capital. Ver Karl Marx, Capítulo Seis inédito de *O Capital*.

componente burguês do sistema que operou no sentido da hegemonia do capital financeiro. Na sustentação da ditadura definia-se a contrarrevolução burguesa.

A sociedade civil da chamada Nova República foi um consenso no sistema de poder por uma composição que absorvia um espectro mais amplo de classes médias, que absorvia novas formas de subalternidade, com uma alienação compatível com a situação de poder mundial. O Brasil pós-ditadura reafirma sua aliança subordinada com os EUA, assumindo o perfil pragmático de suas relações com a China e com a Europa ocidental. As relações com a Rússia continuaram no Index ou simplesmente inertes.

Prevalece uma alienação da economia conduzida pela expansão do grande capital centralizado no bloco mundial dominante. A alienação é o lado subjetivo da desnacionalização do sistema produtivo em que entra uma substituição de empresas e uma internacionalização das empresas brasileiras que não têm compromisso algum com a economia nacional. As substituições na composição do sistema mundial dominante não reduzem, senão aumentam as condições de dominação. Não é só que o comércio brasileiro com a China superou o comércio com os Estados Unidos, mas que a penetração de capitais chineses obedece a uma lógica da dominação mundial em que o papel do Brasil está previamente definido como de país dependente produtor de matérias primas.

Um aspecto de método

A crise abrange a sociedade em seu conjunto, pelo que é um problema da reprodução social em seu sentido mais amplo que só pode ser tratada com uma visão de Economia Política. As teorias marginalistas, neoclássicas e keynesianas, não têm a menor chance de trabalhar realisticamente sobre essa crise que é uma alteração da dinâmica mundial. A análise da realidade social é histórica e incorpora o desvendamento da história profunda quando reconhece a funcionalidade dos modos sociais subordinados pela violência colonial. A direção das empresas é familiar ou tribal e o governo está impregnado de familismo²² e de relações estamentais, tais

²² Desde Vargas até hoje a presidência da república esteve prejudicada por influências nocivas de familiares que geram custos suspeitos e em vários casos estão próximas de criminalidade.

como com religiões e clubes de futebol, que se revelam instrumentos de corrupção ativa.

O Brasil de hoje se move sobre processos em variados graus de articulação social, sobre um controle de um bloco dominante impregnado de mobilidade perversa por controle da máquina pública, com uma reprodução afetada por caudilhismo e caciquismo, com tolerância para práticas abusivas por movimentos *gangsters* do sistema de poder corrupto. Os métodos da sociologia positivista falham em registrar essas peculiaridades que só se tornam visíveis pela lente dos estudos históricos. Assim como não há condições para descartar contribuições da teoria clássica, é necessário reconhecer as condições dos estudos empíricos. Florestan Fernandes foi o primeiro a reconhecer essa necessidade.²³ O estudo do processo brasileiro requer análises comparativas para as quais são necessárias leituras independentes de Marx, de Weber, dos modernos como Charles Wright Mills e como Daniel Hamberg. A influência de Louis Althusser no pensamento da esquerda brasileira tem um papel especial²⁴ assim como as incursões mais recentes em Antonio Gramsci e Gyorgy Lukács, mas são influências sobre grupos socialmente restritos e o transbordamento de reflexões teóricas no Brasil é prejudicado pelo burocratismo universitário e pela condução mecanicista dos órgãos oficiais federais de pesquisa. De qualquer modo, as dificuldades históricas funcionaram como vacina que protegeu a vida intelectual brasileira do formalismo tacitamente conservador da sociologia saxônica e francesa, tal como revelada em livros supostamente emblemáticos como o *Tratado de Sociologia* organizado Raymond Boudon ou a *Teoria social hoje*, de Anthony Giddens e Jonathan Turner.

Perante os novos desafios da dinâmica perversa do subdesenvolvimento e da dominação é inevitável assumir um papel de originalidade que depende de atualizar o preceito de Marx sobre a centralidade dos estudos históricos. Progressos nos estudos da história e da arqueologia que alimentam a abordagem de história profunda indicam a oportunidade de buscar uma ciência social unificada que substitua a concorrência pela cooperação. É uma crise da reprodução social que envolve as inter-relações

23 Refere-se a *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* que marcou uma filiação weberiana que desapareceu em sua posterior opção marxista.

24 Cabe uma referência especial ao trabalho de Décio Saes, *O impacto da teoria althusseriana na história da vida intelectual brasileira*, 1998.

entre as esferas da economia, da política e culturais,²⁵ em que é inevitável enfrentar a necessidade de inovar.

A recomposição subalterna

O Brasil saído do mercado internacional adverso do fim da ditadura²⁶ precisava de uma recomposição de suas bases produtivas para um estilo de crescimento que mobilizasse sua formação de capital com um efeito acelerador interno. Esse objetivo só poderia ser alcançado com uma reforma do sistema financeiro e com políticas setoriais de desenvolvimento para as quais não havia vontade política nem condições de organização. Tentaram uma pequena reforma monetária e uma política tímida que não mobilizou o grande capital nacional e não chegou ao pequeno capital e ficou imobilizada pela inflação acelerada. Tornou-se um governo de administração do curto prazo enquanto se avolumavam os elementos da crise. A política econômica não conseguiu superar a conjuntura externa desfavorável e o balanço de forças sociais que prevalecia no governo Sarney conspirou para abortar o novo planejamento, que esteve representado por Dilson Funaro e Bresser-Pereira.

Tentou uma saída pela produção de bens de consumo com a pretensão de ampliar sua capacidade de exportação e confiando em efeitos da modernização do setor público. Não se considerou que a dinâmica de uma economia complexa depende do setor de bens de capital e que a relação orgânica entre setor produtivo e infraestrutura. Faltou planejamento. Não houve uma política industrial para o desenvolvimento²⁷ e continuou a política microeconômica sinalizada pelos órgãos do setor privado. Com taxas de juros em alta a dívida externa imobilizou o governo que ficou reduzido à busca de capitais especulativos para cuja atração elevou a taxa de juros inviabilizando a indústria nacional. Estava montado o cenário da crise que resultaria em hiperinflação.

²⁵ Sobre a abordagem, ver de Ladislav Dowbor. *A reprodução social*. Também, de Celso Furtado, *Prefácio a uma nova economia política*, 1976, e de Charles Wright Mills, *La imaginación sociológica*, 1974. Outra referência é Edgar Morin com seus trabalhos sobre complexidade.

²⁶ A última tentativa da ditadura ficou registrada no II PND cuja inviabilidade decretou o fim da era do ministro Veloso.

²⁷ A falta de uma política industrial inibiu o desempenho internacional da economia brasileira dividida entre a gestão passiva de empresas brasileiras e estratégias internacionais de sucursais de grandes grupos internacionais.

O desastre estrutural se projetou em hiperinflação bombeada pelos juros da dívida externa e pelo déficit público. A salvação seria a política conservadora do Plano Real, mas o período de Cardoso foi de privatizações para pagamento da dívida externa com a consequente desnacionalização da economia. No período de Cardoso houve desnacionalização da indústria e do sistema elétrico e desvalorização das forças armadas. Os prejuízos do sistema elétrico foram profundos e o país entrou em contração de oferta quando a privatização deu lugar à queda nos investimentos.

Lula da Silva seguiria a linha do bom senso no controle da dívida com um pacto de convivência com o capital financeiro, diferente do discurso ideológico de seus principais colaboradores. O cenário foi alterado por sorte — com muito trabalho — em encontrar petróleo e em resultados de agronegócios. O contrapé desse modelo foi o desemprego da classe média que oscilou entre emigrar ou migrar para a direita, para funcionar como carne de canhão para o aventureirismo político.

A atualização do bloco dominante dominado

Na América Latina em geral e no Brasil em especial tornou-se necessário distinguir entre elite e bloco dominante pelas conotações qualitativas desses dois conceitos, por suas implicações culturais e pelo significado histórico concreto do bloco dominante. As elites sempre representaram um poder de reflexão sobre o mundo social que implica em um compromisso com as maiorias. Nesse sentido, por exemplo, Hesíodo, Montaigne, Condillac, representaram pensamentos de elite. O bloco dominante exerce condições específicas de poder, essencialmente interno, mas carregando as implicações internacionais da reprodução interna do poder, tal como ficou caracterizado pelos movimentos das colonizações modernas e pelo comportamento neocolonial das empresas brasileiras em diversos países africanos e pelo comportamento da Petrobrás na América Latina.

A prática da política é realizada pelo bloco dominante que tem componentes relativamente sadios e componentes relativamente podres operando em coexistência com o princípio básico de participação nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Essa repartição formal de poder que responde pelo princípio de governo pela sociedade civil e é aceito como democrático na verdade é a organização institucional do poder da burguesia,

que estabelece direitos e deveres das pessoas como cidadãos contribuintes, subentendendo que quem não contribui não é cidadão.

Há uma diferença clara entre os grupos mais ricos, desde os ambientes coloniais e pós-coloniais e as elites pensantes, em que os primeiros estão em posições de poder e os segundos se dividem entre os que aderem ao sistema de poder e os que se mantêm como sua consciência crítica. A modernização implica sempre em um poder de reflexão que tende a confrontar a irracionalidade do poder. Há consciência crítica nos diversos tipos de sistemas, mas no essencial está entre minorias dominantes e maiorias dominadas.

O papel histórico efetivo das elites nas sociedades que foram colônias é muito limitado, em parte porque são grupos sociais de poder econômico limitado e em parte porque representam correntes conservadoras minoritárias no sistema de poder. As elites coloniais nunca se sentiram responsáveis pelo corpo social em seu conjunto e reconheceram como mais fortes suas ligações com as nações colonialistas metropolitanas. A introjeção de uma ideologia nacional surge de uma metamorfose do sistema social quando se perceberam como diferentes e estranhos ao mundo das metrópoles, algo que está claro em autores brasileiros e argentinos das primeiras décadas da independência. O principal papel de Sarmiento na Argentina pode ter sido de descobrir uma ideologia nacional resistente aos interesses materiais imediatos.

No Brasil as elites tenderam a se identificar com a tecnoburocracia, que lhes garante empregos privilegiados e acesso a corrupção²⁸ e têm um papel limitado na gestão do capital.²⁹ As elites procuram posições vantajosas ao abrigo dos conflitos políticos, com presença em profissões socialmente valorizadas como Direito e Medicina e participação no poder judiciário.

O bloco dominante representa aspirações de poder que partem de relações locais de mercado e de política, mediante formas de organização

28 Nas sociedades periféricas, como no Brasil, no México e em outros, as margens de corrupção indicadas pelo controle de fatias de orçamento constituem uma parte tácita da repartição de poder.

29 Aqui se introduz uma variante da análise weberiana de Wright Mills observando que o sistema burguês gera subdivisões estamentais nas classes sociais, que qualificam a modernização ao situar as condições práticas em que ela se realiza. Não há uma diferenciação sequencial entre estamento e classe como supôs Marx, porém uma coexistência entre os dois com uma revitalização dos estamentos em sua funcionalidade com a reprodução das classes. É uma inferência latente da obra de Max Weber — *Classe, estamento e partido* — que oferece definições independentes dessas categorias. É onde entra o componente militar em sociedades como o Brasil que não contemplam conflitos armados.

basicamente familiares. O atual bloco dominante surgiu de uma combinação de efeitos indiretos da renda gerada pelo setor exportador com uma ação pública para a formação de um mercado interno. A formação do bloco dominante baseou-se no controle do Estado por uma aliança do comércio exportador com os grandes capitais rurais, formando empresas para contratos públicos. O país em processo de industrialização continuava a ser regido com critérios mercantilistas.³⁰ Assim, na estruturação social do país formou-se como uma camada dirigente de bases regionais variadas, culturalmente complexa, que surge do desenvolvimento da esfera empresarial, com fundamentos rurais definidos e modernizados, desenvolvendo-se em operações urbanas e de comércio exterior, com articulações com o sistema financeiro. O componente industrial em sua maioria desenvolve operações multisetoriais, que é a forma de empresas que começam como empreiteiras e desenvolvem ramos industriais e agrícolas.

O bloco dominante está exposto às influências ideológicas conservadoras tradicionais que processam misturas de referências religiosas com tradições protetoras da solidariedade familiar em contextos tacitamente individualistas e pragmáticos. A ideologia do bloco dominante é o interesse pessoal. A cultura brasileira sempre deu um tratamento pragmático à ética e à religião, assumindo tacitamente um comportamento realista. Ao se aprofundarem os efeitos da vida em grandes cidades passaram a predominar os modos de uma cultura hedonista, com um individualismo que modificou as relações familiares e deu novo significado ao consumo. O clássico cinismo urbano contrasta relações de classe nos estamentos superiores com os populares, sob influências da mídia que resulta em variados efeitos de internacionalização nas classes superiores e nas populares.³¹ Esse bloco dominante modernizado está constituído de pessoas que tendem a estudar no exterior, portanto, que têm algum tipo de associação ideológica com alguns países do bloco hegemônico. Os movimentos individuais

30 O país teve uma política industrial para o Nordeste e práticas industriais para São Paulo e para o Paraná, porém jamais teve uma política industrial nacional, em grande parte por resistência dos próprios industriais que considerava que seria uma limitação de suas ações. Sobre esse tópico, ver, por exemplo, de Werner Baer, *A industrialização brasileira* e, de Wilson Suzigan, *A indústria brasileira*. A fragilização do setor industrial perante condições externas desfavoráveis pode ser atribuída à atitude mercantilista da indústria que ignorou a necessidade de investir em ciência e tecnologia. O problema da falta de uma política industrial no período de Lula da Silva ficou registrada em Wilson Suzigan & João Furtado, *Política industrial e desenvolvimento*, 2005.

31 Numerosos exemplos de pessoas originárias das classes populares que emigram em busca de inserção social com mais mobilidade nos EUA e na Europa, refletindo essa percepção individual da organização social.

resultam em tendências coletivas e a preferência, principalmente pelos Estados Unidos, reflete um desgaste das bases sociais de um projeto de nacionalidade brasileira. Os movimentos do bloco dominante mostram a importância dos processos de alienação na modernização desigual da formação social.

O buraco negro da classe média

O Brasil vive hoje uma crise essencial formada de componentes sanitários, políticos e econômicos, com efeitos causados pela crise mundial do capitalismo e do bloqueio do desenvolvimento nacional. A crise brasileira está condicionada pela do centro hegemônico norte-americano que vem se gestando desde a década de 1980 e erupção em 2008, arrastando-se aos atuais conflitos detonados pela questão racial. As causas internas estão na progressão de contradições determinadas pelo sistema de dominação interno, que regula oportunidades de trabalho e de mobilidade social. Esta crise é a mais ampla e profunda que o país já enfrentou e encontra uma sociedade dividida sem condições de planejar e realizar uma política unificada. As dimensões da crise brasileira impõem estudar o Brasil, superando bloqueios de alienação teórica e recuperando a dimensão histórica do processo social.

Os processos sociais da política impõem uma agenda de estudos voltados para a realidade, para entender as tendências vigentes e as possibilidades do futuro. É preciso tratar da estruturação social, portanto, dos processos formativos do bloco dominante, das classes populares e dos setores médios. Neste estudo parte-se da constatação do papel estratégico da classe média na dinâmica das classes sociais.

Os movimentos das classes médias no Brasil hoje são os pontos focais de um processo político detonado pela frustração do desenvolvimento, com seus efeitos acumulativos sobre os segmentos mais vulneráveis da sociedade organizada. A exposição desses setores à frustração econômica abre uma vulnerabilidade ao populismo autoritário causando um conflito social da contradição entre as demandas da classe média frustrada e o sistema de concentração de riqueza. As expectativas de classe média se encontram com a destruição do emprego formal levando a uma recomposição da posição concreta dos setores médios nos movimentos de classe.

Este estudo parte de referências aos trabalhos de Charles Wright Mills, especialmente ao seu livro sobre o trabalho clerical traduzido ao português como *A nova classe média*.³² A falha da tradução, entretanto, revela o abismo social da formação das classes na sociedade da produção industrializada na qual o trabalho em segunda linha na administração do trabalho produtivo de mercadorias materiais ganha um espaço socialmente legitimado, que fundamenta um estrato social dotado de flexibilidade funcional regulada por qualificação indireta, que não depende de técnicas de produção, porém de modos de organização do trabalho.

A classe média brasileira é produto da sociedade capitalista urbanizada dependente. O modo de depender mudou ao longo do tempo e a classe média acompanhou essa mudança, continuando a agir como dependente, desvalorizando todas as formas de trabalho manual e pressupondo que o Estado deve garantir sua renda.

A classe média brasileira surgiu como o corpo de trabalhadores da burocracia colonial e da imperial e ganhou substância na República, quando a tecnificação do Estado criou empregos regulares e a formação de um setor privado de comércio internacional e de indústria garantiu um conjunto de empregos diferenciados das classes populares. A classe média ganhou um perfil de classe urbana e teve sua primeira consolidação com o sistema de concursos públicos do DASP no Estado Novo. Havia empregos blindados que podiam ser ocupados pelos filhos educados das elites regionais. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi um divisor de águas, porque deu lugar a uma aceleração da transformação do Estado nos seus níveis federal, estadual e municipal que resultaram em empregos e em carreiras burocráticas.

Há um problema central relativo ao papel da classe média no processo social brasileiro, que, entretanto, não pode ser colocado fora do contexto em que ele se encontra. É urgente entender o processo da sociedade brasileira. Para progredir nessa tarefa é preciso reconhecer as condições básicas de desigualdade sobre as quais se assenta a formação do projeto de Estado nacional brasileiro. O Brasil tem protagonizado uma modernização desigual simétrica com sua desigualdade social herdada do sistema colonial escravista e atualizada com movimentos de migrantes que se integraram ao sistema de poder.

32 Charles Wright Mills. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

O Estado nacional brasileiro se iniciou no período das regências, conduzido pelo partido conservador surgido na independência, que conduziu um processo de unificação sob a liderança civil dos interesses do Vale do Rio Paraíba, no primeiro eixo Rio-São Paulo. Passou por uma monarquia liberalizante que entrou em rota de conflito com a estrutura de poder dos grandes proprietários. A transformação socioeconômica do país começou com as primeiras etapas da industrialização, com a formação de capitais urbanos e de um operariado engajado nos portos, nas ferrovias e nas indústrias. A primeira polarização política aconteceu na década de 1920, quando se configurou uma oposição entre o projeto político conservador da grande propriedade exportadora — não do latifúndio autosuficiente — e as necessidades de uma sociedade de assalariamento. Nas décadas seguintes, serão as demandas da sociedade urbana que darão a base política para um modelo nacional que encontrava sua expressão na industrialização nacional. Uma leitura objetiva desse processo expõe os fundamentos práticos do novo conservadorismo modernizantes que caracterizou o Estado Novo.

Será preciso separar o processo de definição das formas políticas do processo de desenvolvimento das forças produtivas, que procura uma expressão política. Tal expressão política seguiu os dois rumos, de esquerdas que representam a classe média dissidente e de direitas que representam interesses de capitais. As classes populares pouco tiveram a ver com esse processo e só vão aparecer no fim da década de 1950 com sindicatos de elites operárias urbanas e ligas camponesas. Mas já na década de 1950 o projeto nacional estava sob a pressão crescente do poder financeiro internacional representado pela combinação tácita entre o financiamento público e os fluxos de capitais privados em busca de aproveitar o mercado brasileiro em expansão. A influência norte-americana se aprofunda pelos movimentos de capitais e pela cooptação do bloco dominante e dos segmentos ascendentes da classe média. Nesse movimento se configura uma equação do sistema de poder no país em que se confrontam a renovação do bloco dominante liderada pelos bancos e por uma grande indústria apoiada pelo governo e o aparecimento de classes populares urbanas constituídas de um componente já numeroso de operários e de um número maior de trabalhadores avulsos integrando a informalidade.

Neste período, basicamente com as obras de infraestrutura desencadeadas na década de 1960, surge um movimento nacional de extensão da

grande propriedade rural capitalista, voltada para mecanização e exportação, junto com o aparecimento de empresas empreiteiras que assumem uma liderança no setor privado. A extensão do capital no meio rural assume o rótulo geral de agronegócios e constitui uma forma de produção. A superfície dos estabelecimentos agropecuários se multiplicou por seis e o Brasil se tornou grande exportador de soja e carne. Esse novo sistema de interesses resultou em expulsão maciça de pessoas do meio rural e constituiu a grande contrarrevolução que se organizou desde a década de 1970 e se tornou dominante no período Collor. Desde então, as classes médias se reproduzem como componente dependente, entre a redução do emprego público, o desemprego tecnológico e a queda da ocupação rural. Mas os setores médios constituem a ligação entre o bloco dominante e as classes populares cujas carências se tornam insuperáveis. O sistema encabeçado por esse bloco dominante precisa de meios de controle social que são oferecidos pela mídia e reproduzidos pela classe média.

A experiência brasileira obriga a pensar em termos de uma fluidez das classes sociais, com substituições significativas de seus integrantes, com um componente residual minoritário de elites e um componente resistente de classe média, em que há uma minoria ascendente e uma maioria com perdas de renda. O esforço dispendido pela classe média em educação dos seus filhos é revelador da dificuldade consequente do estreitamento do mercado de trabalho

O movimento mundial geral de concentração do capital e de precarização do emprego representa uma diminuição dos salários na composição da renda nacional disponível que opera contra o estamento social cuja reprodução depende de salários. Esse dado geral indica menor número de salários comparado com o crescimento vegetativo da população assalariada. É o movimento geral de estreitamento das opções de emprego das classes médias que se reproduzem em empregos favoráveis e em pequenos negócios.

As classes médias são a fração do sistema social que se separa das carências de renda das classes populares, mas não supera a dependência para formação de sua renda. No mundo atual de queda do emprego regular, agrava-se a dependência da classe média em relação com os empregos gerados pelo bloco dominante. Esvaem-se as classificações de classe média do pós-guerra, porque junto com a informatização da produção estreita-se

o estrato social de renda garantida. Estreita-se a faixa da sociedade que se identifica com consumo e perspectivas de renda de classe média.

A classe média é produto da formação do sistema capitalista pelo que ocorrem em condições espaço-temporais específicas. Constituem um componente da formação da burguesia que tem pequena presença na formação de capital, mas uma participação significativa no consumo, com situações de renda garantida e padrões de consumo acima da sobrevivência. Por seu número têm uma participação essencial na formação da poupança, apesar de individualmente só minoritários com pequena poupança. Mas é o encolhimento da classe média que anuncia a depressão e indica o desemprego das classes populares.

A classe média tem um comportamento econômico basicamente defensivo, mas incorre em pretensões de consumo que a submetem a pressões insuperáveis de endividamento. O endividamento da classe média é fato determinante na maioria das economias capitalistas, tanto das que fazem parte do bloco central, começando com os EUA, como nas periféricas como a brasileira.

Há diferenças importantes entre as classes médias dos países que valorizam trabalho manual como os europeus, e países rejeitam trabalho manual como consequência de preconceitos herdados do período colonial. Em sociedades compradoras de tecnologia precisa de uma qualificação que a mantenha habilitada a participar do mercado de trabalho seletivo, pelo que enfrenta os custos crescentes da educação de qualidade. A dificuldade de acesso à educação competente obriga a classe média a competir por vaga no ensino público nacional ou a pleitear bolsas no exterior.

Diferente das classes populares, as classes médias em geral funcionam com horizontes de renda maiores que um ano o que lhes permite serem sujeitos de crédito do sistema bancário. Em condições favoráveis da economia a classe média capitaliza o suficiente para ter moradia própria, mas revela-se vulnerável a endividamento tal como acontece nos Estados Unidos e na Europa e não somente no Brasil.

Como dependem de empregos determinados pelo grande capital e pelo governo, tendem a ter posições conservadoras, evitando conflito com seus eventuais empregadores. Desenvolvem estratégias defensivas para se colocarem em posições favoráveis nos processos de mudança da hierarquia

social.³³ Na escala continental do Brasil, a classe média representa um grande número, entretanto, proporcionalmente menor que em outros países latino-americanos como no México, no Uruguai, no Panamá.

A classe média tem pouco poder de decisão sobre sua participação na vida econômica do assalariamento, enfrenta dificuldades para realizar trabalho independente. A disputa por salário se torna um fator de dependência da classe política, convertendo-se em dependência ideológica.

Há uma questão central relativa à formação das classes médias nos países periféricos que precisa ser estabelecida. São diferentes condições históricas de formação de setores médios nos países dependentes segundo a complexidade de sua economia e de seus processos de modernização. Na complexidade progressiva de relações sociais nas esferas nacionais e em suas articulações internacionais surgem espaços de ocupações para trabalho qualificado em escalas intermediárias, primeiro no setor público, depois nas atividades de exportação e nos setores de terciário tecnificado, que constituem as bases materiais das classes médias. Assim, ainda no quadro geral do capitalismo devem ser apontados aspectos essenciais do aparecimento das classes médias.

No movimento geral de modernização desigual da sociedade, as classes médias são submetidas a pressões de empobrecimento e de desnacionalização, assim como estão expostas a pressão ideológica da luta de classes. Por seu número, localização e influência sobre as classes populares, as classes são estratégicas para os projetos de poder da direita e da esquerda.

Nesse contexto há três pressupostos a considerar que são representativos da formação das classes médias na segunda metade do século XX que se distinguiram da formação de classes médias europeias no século XIX. A literatura chegou antes da sociologia e da economia. A formação das classes médias na França foi descrita por Honoré de Balzac por Gustave Flaubert por Émile Zola. Trabalhos precursores de Sinclair Lewis, John dos Passos e John Steinbeck traçaram esse processo nos Estados Unidos no período entre guerras. No Brasil conta o trabalho de Lima Barreto que rastreou o sistema de preconceitos embutido na urbanização.³⁴ A literatura se antecipou à sociologia para pintar um quadro realista da luta silenciosa de

33 A análise da classe média no Brasil tem que reconhecer a primazia de uma explicação do processo de mudança do sistema de hierarquia social em que se reconhece a contribuição de Jessé Souza em seu *Subcidadania brasileira*, 2018.

34 Lima Barreto, *O triste fim de Policarpo Quaresma; Numa e a Ninfa*.

classes com autores críticos do sistema como Erskine Caldwell³⁵ e William Faulkner.³⁶

Primeiro, a pluralidade das classes médias desde seu início, quando há um componente de empregos em empresas comerciais, na indústria e em serviços e outro componente na esfera pública e em que a dependência do emprego público é formalmente limitada por legislação apesar de ser manipulada pela corrupção orgânica do sistema político.

Em segundo lugar vem a variedade dos processos de alienação que se desenvolvem junto com a emergência das classes médias que estão mais próximas dos mecanismos de controle social manejados pelo bloco dominante. As classes médias são os grupos que alimentam o sistema de entretenimento de massa, tanto como funcionários dos sistemas de comunicações como no papel de público privilegiado que forma a opinião pública.

Em terceiro lugar estão as contradições entre setores de classe média que configuram uma dinâmica de classes entre os que são parte dos governos tecnificados e os que são parte operacional das empresas. Não só por diferenças de estabilidade como de adesão a projetos de poder. O movimento geral de alienação da classe média foi movido por mediações internas, principalmente religiosas, e por influências externas em que a mídia sempre teve papel preponderante. Nos anos subsequentes à Segunda Guerra o desenvolvimento do cinema corroborou com uma política inteligente dos Estados Unidos de intercâmbio e de viagens culturais dirigidos às classes médias latino-americanas e asiáticas que contribuíram para a cooptação das classes médias ao modo norte-americano de vida. Foi um mecanismo de grande impacto no Brasil, no México, na Argentina, no Uruguai, no Peru assim como nas Filipinas e no Japão e em nações europeias de segundo plano como na Croácia e na Romênia, sempre respeitando restrições étnicas, preferindo interlocutores brancos e aceitando alguns exóticos como filipinos e indianos.

No quadro de uma economia mundial que oscila entre crescimento moderado e estagnação, as classes médias são emprensadas entre pressões de consumo alimentadas pela mídia e por efeito demonstração e incerteza de renda. O efeito derivado do desemprego, que obriga as pessoas a buscarem alternativas de trabalho independente, induz a classe média a

35 Erskine Caldwell, *Tobacco road*.

36 William Faulkner, *The sound and the fury*. Londres: Random House, 1990.

uma situação de dependência especial em relação com empregos regulares garantidos, mesmo quando representam compromissos de dependência maiores.³⁷

Desde seu aparecimento no cenário político na década de 1930, a classe média no Brasil é o fiel da balança do sistema político como um campo flutuante que procura se distanciar das classes populares e se integrar com os mais ricos sem ter oportunidades nem condições materiais para essa ascensão. Por isso, a classe média representa um dique reprimido no sistema, disponível para apoiar aventuras políticas que sinalizem oportunidades de ascensão.

Em um sistema socialmente desestabilizado pela quebra do emprego a classe média se torna o centro do torvelinho político por sua carência de estabilidade e seu apego a referências culturais em queda. A classe média precisa de referências de estabilidade pelo que se torna vulnerável a preconceitos religiosos e étnico, contribuindo para o racismo sutil e sistemático do sistema nacional de emprego. Em uma leitura em profundidade do problema social do emprego no Brasil como no México, a classe média tende a se acolher a ideologias sutilmente conservadoras que valorizam seus ganhos de *status*.

Com a informatização da produção diminuem os requisitos de trabalho qualificado na indústria e os serviços são operados por trabalhadores semiquualificados que estão no componente inferior da classe média ou são das classes populares. Os trabalhadores estão sujeitos a demissões para controle de custos, frente a uma queda da demanda.

O desemprego tecnológico atinge fortemente a classe pela redução de seu espaço de manobra para sua sobrevivência, pelos custos crescentes de componentes de consumo que precisa para manter *status* e pela incerteza de renda que enfrenta com a redução dos empregos regulares.

A classe média depende de ensino de qualidade para concorrer em mercado e as diferenças de qualidade entre o ensino público e o privado reveladas neste momento de crise definem a diferença entre a reprodução da alta e a baixa classes médias no Brasil.

No Brasil, o sistema de poder autoritário colocado por uma minoria agressiva caudilhesca depende de uma penetração imediatista com a classe

³⁷ Um exemplo representativo do atual quadro político brasileiro é o chamado sistema de rachadinhas pelo qual empregos de assessores de deputados e senadores têm o compromisso de devolver uma parte dos salários aos empregadores como contribuição subterrânea aos seus gastos políticos.

média alienada, tal como aconteceu com o fascismo italiano e com o sistema norte-americano denunciado por D. Wright Mills, em 1962.³⁸ O que se denominam de classe médias ou de setores médios são diferentes estratos sociais essencialmente urbanos, de pequeno patrimônio, que têm em comum o objetivo de se separarem das classes trabalhadoras e ascenderem a participar do bloco dominante. Na América Latina os setores médios apareceram primeiro com a urbanização na Argentina, em seguida no México com o Estado pós-revolucionário burocrata e depois no Brasil com a modernização autoritária do Estado Novo.³⁹ O fortalecimento desses estratos médios foi um argumento fundamental na política de identificação nacional dos diferentes regimes autoritários.

No Brasil os setores médios concentram os preconceitos de classe que também são étnicos e religiosos e compartilham as ideologias do bloco dominante apesar de serem discriminadas por eles. Desse modo, constituem um colchão mediador eficiente no controle dos movimentos das classes populares. O emprego público foi mais numeroso e mais garantido que o privado, estendendo-se no setor privado apoiado em contratos públicos.

Na incerteza do futuro da economia brasileira o futuro da classe média é um dado essencial. As perspectivas da classe média dependem de demanda de trabalho e custos de vida. Como o bloco dominante tem faixas de consumo exclusivo e consome no exterior a classe média precisa dos empregos fornecidos pelo bloco dominante e da demanda das classes populares.

O desmonte do turismo é um dado de suma importância apesar de ser um setor relativamente menor que na Europa, mas socialmente distribuidor de renda. Na economia do turismo em declínio, em que as pessoas tendem a consumir localmente, o turismo remanescente introjeta o consumo residual que deve fluir para a classe média, mas a queda da demanda interna do turismo corta as fontes de sustentação da classe média.

É uma perspectiva de mercado em contração em que a classe média precisa enfrentar custos crescentes de seu consumo básico. Em seus custos e em suas fontes de renda está o problema geral da educação e da qualificação para o mercado de trabalho. A pandemia é um fator decisivo na determinação do acesso a educação. A classe média se encontra entre custos

38 David Wright Mills, *The white collar*, 1962; *Power, politics and people*, 1964.

39 Ver de John Johnson *The middle sectors in Latin America*, 1965.

exorbitantes do ensino privado em todas as carreiras que têm perspectivas de demanda, como medicina, odontologia, e a escassez de vagas no ensino público. Acumula-se um déficit de educação que se reflete na perda de capacidade para concorrer no mercado de trabalho. Estreitam-se as faixas de renda das classes médias que tendem a emigrar mais e a perder em número e em disponibilidade de renda. Assim, integrantes da classe média são rebaixados às condições materiais de classe popular, levados a viver em apartamentos menores e em localizações de massa, a estudar em escolas públicas e reduzir seu consumo ao essencial. No Brasil, esse encurtamento da classe média tornou-se evidente em dispensar empregados domésticos, primeiro em dispensar trabalhadores permanentes e depois em dispensar faxineiras.

Por essas razões diminui o contingente social da classe média perde força e diminui sua capacidade de influir sobre o voto das classes populares. Menos numerosa, diminui o peso relativo da classe média no Brasil onde ela se define como dependente do emprego público e de contratos privados com o governo. Na economia ultramoderna o Estado volta a ser o principal empregador.

Esses fatores e a popularização das informações indicam que no Brasil posterior à pandemia tende a haver uma reorganização das classes sociais e das relações entre as classes sociais com diminuição do papel da classe média ou com a revelação de sua assimilação com as classes populares.

Povo e classes trabalhadoras

No Brasil o povo sempre foi a periferia do sistema produtivo, desde os negros libertos que foram carregadores de ganho até os que aprenderam a fazer sapatos e os que aprenderam a consertar pianos e os que se tornaram barbeiros, alfaiates, encanadores, eletricitas. A massa são todas as pessoas que precisam trabalhar e têm que inventar seus ofícios. O trabalho independente sempre foi o modo de sobreviver de uma maioria que nunca teve emprego, mas cujo trabalho permitiu que os salários dos empregados sempre fossem baixos.

É revelador que o conceito de massa só tenha entrado na análise social em 1916⁴⁰ muito depois das noções de trabalhador e operário que foram consagradas por Engels e Marx. A massa moderna é a herdeira da horda e funciona com instintos de solidariedade semelhantes aos dos rebanhos, mas desenvolve a capacidade de se organizar e transformar em tribos e em estamentos.⁴¹

Esses conceitos são necessários para explicar a estruturação social brasileira. Desde o período colonial a economia brasileira foi conduzida por um núcleo ligado a circuitos internacionais de capital apoiado em extensas áreas de economia local, com sistemas de ocupação baseados em servidão, organizados com subocupação crônica. O componente exportador enfrentou as contradições orgânicas do sistema escravista e passou a um sistema de grande propriedade, de exploração de trabalho livre, alimentado por migrações internas e subsidiado por imigração. Esse foi um modelo de pequenas dimensões comparado com a extensão territorial e a população brasileira. Definia-se que uma parte do corpo social não integra a sociedade organizada do capital. Mas os dois componentes em seu conjunto constituem um sistema de exploração do trabalho. O sistema de exploração foi unificado por meio do subsídio real de força de trabalho do componente local para o do capital. Essa integração subterrânea se instalou por meio da combinação de uma dinâmica externamente controlada do componente de grande capital e uma invariância técnica da economia local.

Esse sistema foi conduzido por um pequeno número de grandes proprietários e comerciantes integrantes do capital mercantil que não se incorporaram aos movimentos de inovação tecnológica da indústria. Mas sob as mudanças no sistema de concorrência internacional esse sistema foi progressivamente abalado por duas tendências convergentes que foram as de internacionalização do componente de economia de grande capital e de aumento da pressão social por emprego que atinge a economia em seu conjunto e se torna o fundamento do domínio do sistema político sobre a sociedade.

Sob a pressão do capital internacional nos componentes de grande capital que implica em aumento das remessas de capital ao exterior, bem

40 Elias Canetti, *Massa e poder*, 1916. Mas esse conceito foi enriquecido com a análise da psicologia social de que é exemplo Eugene Enriquez, *Da horda ao Estado*.

41 Uma análise sócio-psicológica da horda se encontra em Eugene Enriquez, *Da horda ao Estado*, 1995.

como de pressão social no componente de economia local, acentua-se a diferença entre o universo geral dos sistemicamente explorados e o dos que são engajados no sistema produtivo. A principal vantagem da exploração pelo emprego, que é a previsibilidade de renda, foi progressivamente demolida por políticas guiadas pelos interesses do capital. Há uma recomposição da relação entre capital e trabalho em que as pessoas são impelidas a procurar ocupação independente, tendendo a um sistema que questiona os próprios fundamentos do capitalismo.

O movimento geral de destruição de postos de trabalho, que começou na década de 1980, mas que chegou ao auge com o atual governo, implica em uma crise estrutural de ocupação que se desenvolve em paralelo com o aumento dos requisitos de qualificação para os novos postos de trabalho que são criados. Define-se uma nova diferença entre a massa de pessoas que precisam de renda de trabalho, o contingente que constitui a força de trabalho empregada e o número dos marginalizados do mercado trabalho que integram a informalidade em suas diversas formas. Longe de ver, como se via, a informalidade como um desvio do emprego, ela passa a ser a regra da maioria dos trabalhadores de baixa qualificação e de um componente cada vez maior de trabalhadores semiquualificados e qualificados. Assim, o que se pode agora denominar de crise do trabalho é a impossibilidade prática de grande parte da população de ter acesso à renda suficiente para sobrevivência.

Configuração estrutural e conflito social

Em economia a acumulação dos movimentos de conjuntura representa deslocamentos de estrutura e marca o rumo do sistema produtivo. A acumulação de efeitos conjunturais resulta em deslocamentos de estrutura, alterando a capacidade produtiva. Sob a pressão da renovação tecnológica guiada pela concentração do capital, as mudanças estruturais implicam em condições específicas de concorrência cujos efeitos finais são seleção de empresas e de mercadorias.

Esse processo se desenvolve no Brasil no momento histórico da mudança de setores dinâmicos do sistema produtivo, com a ascensão da indústria automotora e de maquinaria agrícola, além das indústrias ligadas ao petróleo. Essas mudanças significaram correspondentes alterações no mercado de trabalho com impacto nos modos de desemprego. Levas de

trabalhadores passaram de semiqualeificados a não qualificados e a integrar o universo da informalidade. O crescimento induzido da informalidade modifica as regras práticas de funcionamento do mercado, com maioria de pessoas sem horizonte de renda garantida.

As mudanças qualitativas no mercado de trabalho afetam a composição da esfera da informalidade, com grandes diferenças regionais, limitadas por restrições de transporte, mas com saldo final de concentração nas regiões e cidades mais ricas.

Os efeitos sociais da reestruturação operam no sentido de mudança nos estratos de classe média e nas classes populares, gerando numerosos contingentes de desempregados que não são exército de reserva do sistema produtivo porque não têm qualificação para ocupar os novos empregos. Assim, praticamente em uma década a economia brasileira passou a ter problemas de desemprego irreversíveis, com efeitos na favelização e na violência em suas diversas formas. Estão dados, portanto, todos os elementos de uma crise social em escala nacional que é a plataforma sobre a qual se coloca a crise sanitária.

O bloqueio político

O sistema político se avalia por baixo por sua capacidade de se reproduzir e por sua representatividade e sua capacidade de enfrentar os problemas principais da reprodução social. É sintomático que neste momento o Senado tenha aprovado uma regulamentação da água no país que favorece a exploração empresarial do consumo de água e vai em detrimento das classes populares. Água como mercadoria é mais grave que energia como mercadoria e alinha o senado brasileiro com o discurso da Coca-Cola. Expõe-se claramente a insensibilidade do bloco dominante perante as necessidades da sociedade.

O sistema político organizado opera dentro de limites de interesse que são dados pelo capital financeiro, pelas forças armadas e por um sistema de tradições cuja principal representação são as religiões. É um sistema misto, com diferentes condições de consolidação nos partidos políticos e nas lideranças dos partidos que são mecanismos de negociação pela formação de blocos de interesse. Nesta república burguesa os partidos

políticos apenas oferecem sinalizações ideológicas vagas porque não são representações ideológicas senão de grupos de interesse.⁴²

Essa estrutura estamental absorve sinalizações ideológicas de modo direto e através dos meios de comunicação. Estes integram um setor terciário tecnicamente requintado que movimenta opinião pública, pelo que se torna ele próprio um capital político. A modernização do terciário periférico da política tornou-se um dado estrutural do sistema político, que utiliza pesquisas de opinião como aliciadoras de votos.

O bloqueio político resulta do desvirtuamento ideológico do sistema político formalizado em partidos que deu lugar a um sistema de interesses personalizado que negocia frações de poder.⁴³ Daí decorre que o sistema só se reproduz em função de acordos de interesse, sobre uma base de caciquismo. Como os fundamentos eleitorais se dão sobre colégios locais, formou-se uma pirâmide cujo principal eixo são os legislativos estaduais de onde se definem acordos para a representação nacional.

A consequência desse sistema de utilitarismo determina a inoperância do sistema político organizado para se reproduzir. O sistema político burguês é necessariamente contraditório, porque precisa de forças sociais cujos interesses divergem dos interesses da política institucional. Isso faz que o poder executivo tenha que negociar praticamente tudo com o legislativo e que ambos dependam de um judiciário que é inercialmente conservador. Os movimentos pendulares do sistema se reduzem a um mínimo que se reflete na política econômica imobilista que apenas segue a inércia do sistema tornando-se ineficaz frente a novos desafios como hoje acontece com a crise sanitária.

O sistema político compreende um componente oficializado na forma de partidos e uma atividade informal tradicional, em que o mecanismo de reprodução do sistema faz com que ele seja basicamente reativo e que as reivindicações sociais derivem para movimentos sociais. Essa tendência já estava registrada desde a década de 1970 quando seu registro foi parte de uma pauta de renovação da sociologia.

Hoje, essas características do sistema político fazem que haja um bloqueio nas contradições de interesse entre diferentes seções da representação burguesa, antecipando um conflito de objetivos para opções políticas

42 Ver de Paula Beiguelman, *O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito*, 1968.

43 O atual exemplo do Centrão mostra como a manipulação de cargos públicos se torna um objetivo que pesa sobre o sistema eleitoral.

posteriores à pandemia, quando tende a prevalecer um movimento pendular de contenção que permita a continuidade do modo conservador. Alternativas progressistas, entretanto, terão espaço maior correspondendo ao desgaste inevitável das políticas conservadoras.

Os movimentos da crise

A crise brasileira está anunciada desde 1918, com a interrupção do mercado europeu para café, fumo e cacau, e se reafirmou desde o governo Dutra – 1946-1950 – quando o país enveredou por um modelo conservador moderno baseado em formas de exploração quase escravistas. As propostas de modernização industrial e de infraestrutura do período JK encontraram uma economia incapaz de gerar novas exportações. Depois de uma década crucial de decomposição do modelo cafeeiro de exportação, o Estado brasileiro passou por tentativas de modernização controlada nos dois intervalos principais do Estado Novo e da ditadura, sucumbindo à pressão da expansão do grande capital internacional, encontrando um ambiente hostil na década de 1980, sempre reincidindo em considerar que a crise é um fenômeno nacional.

A crise é uma tendência que se prenuncia na contradição entre necessidades de importação causadas pelo crescimento inercial da economia e a inercia quantitativa e qualitativa das exportações que continuam dependendo de vendas de produtos de baixo valor por peso. O peso acumulativo da balança comercial causado pelo crescimento inercial da sociedade econômica se traduziu em pressão sobre a taxa de câmbio e em consequentes déficit público e inflação. Desde a década de 1980 o país não tem políticas efetivas de desenvolvimento e não tem recursos nem competência para aproveitar os efeitos dinâmicos de despesas de manutenção como política de desenvolvimento.

Desde o desastre financeiro latente deixado pelos governos militares, o país passou a depender cada vez mais de capital especulativo e apoiou mais que consentiu uma centralização do sistema financeiro que desenvolveu uma lógica imediatista dos investimentos. Com a centralização governamental do período Collor o país perdeu a capacidade de explorar políticas setoriais e transformou os ministérios em representações de interesses privados, com o caso mais notório em agricultura na qual de fato passou a haver três ministérios: o ministério da agricultura, representando

os grandes proprietários, o ministério de indústria e comércio representando os interesses dos agronegócios e o ministério do desenvolvimento rural representando pequenos produtores e movimentos agrários. Na prática o país ficou sem políticas setoriais significativas e o Estado passou a aceitar passivamente a extensão dos interesses privados.

A tentativa de sair do buraco por meio de uma política conservadora, que concilie as tendências de concentração de riqueza inerentes à concentração internacionalizada do capital, que caracterizou os dois períodos de Fernando Henrique Cardoso fracassou em controlar a dívida externa, pelo que contribuiu para o recrudescimento da crise. As limitações dessas políticas que giraram em torno da manipulação de capitais de risco, geraram uma instabilidade sistêmica que não puderam controlar com políticas ortodoxas. Variantes entre opções mais ou menos progressistas da corrente keynesiana revelaram-se impotentes para lidar com as variações objetivas do mercado financeiro, descobrindo a fragilidade das políticas de curto prazo desprovidas de um planejamento estrutural.⁴⁴ Houve, sem dúvida, um problema de incompetência em um sistema de grande porte como o brasileiro, entregue a políticas geradas em ministério de fazenda e com critérios privados de especulação financeira. É a repetição das políticas da dupla Gudin-Bulhões do período pré-64 com seu alinhamento aos interesses norte-americanos.

O populismo progressista do período de Lula da Silva incorporou as classes populares como mercado,⁴⁵ mas acumulou erros básicos de política econômica, sempre com políticas de curto prazo esgrimidas de modo não profissional por um médico sanitário como Antônio Palocci e como especuladores financeiros como Antônio Meireles, Joaquim Levy e o atual Paulo Guedes. No essencial foi um momento de contradição entre uma corrente conservadora majoritária e uma corrente progressista minoritária, pelo que a política monetária e financeira foi uma continuação da política do período de Fernando Henrique Cardoso com notória incompetência em política econômica.

44 As determinantes e as incertezas da política econômica brasileira em uma progressão de inconsistências técnicas e contradições ideológicas estão documentadas em *A ordem do progresso*, Marcelo de Paiva Abreu (org.), 1990.

45 A ampliação das bases populares do mercado protegeu o país da contração de demanda que atingia a Europa e chegou um pouco antes que o estímulo das compras pela China.

Houve, portanto, uma ambivalência da política econômica que pretendeu ser populista, mas constituiu um apoio consistente ao grande capital: políticas assistenciais convivendo com financiamento do grande capital e privilégios aos bancos. Essa dubiedade resulta em movimentos contraditórios, com margens importantes de inconsistência que, pode ser atribuída a um vício ideológico do Estado personalista brasileiro, cujo horror ao planejamento leva a uma progressão de erros causadores de crise. No período de Dilma Rousseff houve linhas de política ideológicas, mas que foram penetradas por aparelhamento partidário e pela impregnação de corrupção da tecnoburocracia.⁴⁶

A nova guinada da crise pela pandemia expõe o problema básico de financiamento do Estado cujas receitas caem e cujas despesas sobem. O discurso oficial não oculta o fato que o governo está em déficit de insolvência, dependendo de uma renovação na formação de capital. Será necessário estímulo para investimentos competitivos capazes de concorrer no mercado interno e de explorar novos mercados para exportação. A questão central continua sendo de controle social da formação de capital, que é um objetivo que pode ser encaminhado por uma gestão de despesas de manutenção em infraestrutura com um tratamento sistemático dos efeitos de acelerador. O país precisa de planejamento econômico e abandonar o liberalismo conservador que apenas contribui para ajudar ao grande capital.

Os possíveis rumos do sistema

Os rumos da economia brasileira estão sinalizados por um conjunto de fatores, começando pelas perspectivas de mercado para o atual elenco de mercadorias em um cenário negativo que pode variar em gravidade segundo tendências do quadro mundial. As previsões da OCDE de queda do comércio mundial em 27%, do Banco Central de contração do PIB do Brasil em 5% e do FMI em 7%, além das despesas extraordinárias com a pandemia, indicam claramente uma combinação de recessão com inflação e desemprego. A economia brasileira segue o rumo de um bloqueio estrutural

⁴⁶ Prosseguem revelações de fraudes cometidas por ministros de governos anteriores e do atual que confirmam a organicidade da corrupção na sustentação dos governos conservadores.

que só pode ser superado mediante uma reversão decisiva do atual modelo autoritário liberal e da subordinação aos interesses financeiros.

O governo enfrenta despesas que não pode evitar e para as quais não tem recursos, com a perspectiva de uma inflação com retrocesso da economia. Faz despesas assistenciais e incorrerá em taxaço do capital tornando-se contraditório com sua proposta reacionária. O discurso oficial não oculta o fato que o governo está em déficit de insolvência, com uma balança comercial desfavorável, precisando de investimentos externos e de políticas que intensifiquem a aplicação da formação de capital. O equilíbrio das contas públicas depende de fluxos de capital especulativo que reage negativamente às políticas autoritárias. O turismo emissivo deve ser fortemente contido e o estímulo para novos projetos competitivos terá que ser fortalecido. É preciso consciência que se trata de um ambiente de guerra econômica, em que a corrupção deve ser punida com máximo rigor. É preciso reconhecer que o crescimento depende de processamento social de tecnologia, de uma qualificação socialmente equitativa e acima de tudo de recuperação do planejamento econômico para o desenvolvimento econômico e social.

Referências

- ABREU, M. P. (org.) *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BACHA, E. & KLEIN, H. (org.). *A transição incompleta*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- BELLUZZO, L. G. & COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Vols. I e II. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BORÖN, A. (org.). *Nova hegemonia mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- ENRIQUEZ, E. *Da horda ao Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDEZ, O. L. *A evolução da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FURTADO, C. *A economia latino-americana*. Santiago do Chile: Editora Universitaria, 1969.

- FURTADO, C. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *A desordem mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- MORAIS, J. Q. (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998.
- PAULA, J. A. (org.). *Adeus ao desenvolvimento*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.
- SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.